

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Temas Livres

v.31 n.2

Jul-Dez/2021

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos UFRJ

Paula Ferreira Poncioni UFRJ

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:

[Latindex](#)

[Portal de Periódicos da Capes](#)

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

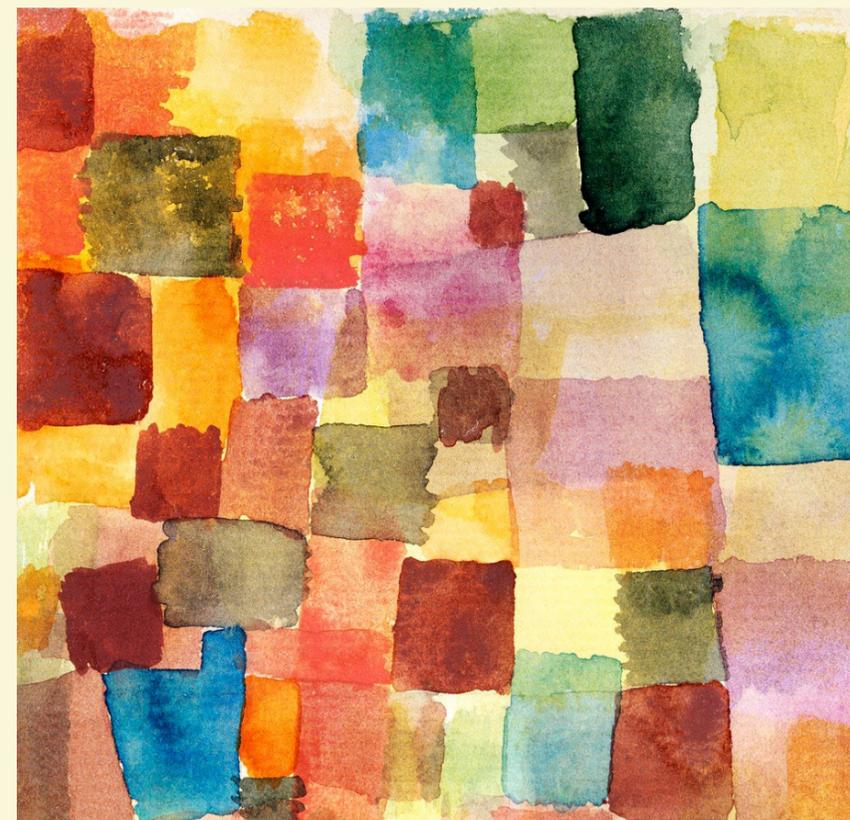
Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.



Paul Klee (1879-1940)
Sem Título, 1914 (The MET Museum / Rawpixel).

Sumário

	Apresentação	221	
	<i>Andrea Moraes Alves</i>		
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Elementos introdutórios para pensar sobre o Exército Industrial de Reserva no Brasil	223	
	<i>Hiago Trindade</i>		
	Serviço Social nas transformações societárias: “viradas” de uma profissão centenária	243	
	<i>Caroline Magalhães Lima</i>		
	Cotidiano e ontologia do ser social no pensamento de Lukács: reflexões introdutórias	270	
	<i>Mônica Brun Beveder</i>		
	Carlos Nelson Coutinho, György Lukács e a reavaliação das vanguardas	292	
	<i>Rafael da Rocha Massuia</i>		
	Conflitos envolvendo quilombolas no Rio Grande do Sul: entre raça, classe e território	315	
	<i>Adriane Cristina Benedetti & José Carlos Gomes dos Anjos</i>		
	Questão agrária e formação profissional: fundamentos a partir da realidade	341	 Você está aqui.
	<i>Mailiz Garibotti Lusa</i>		
	Feminismos e a emancipação da América Latina	366	
	<i>Maria Amoras, Solange Maria Gayoso da Costa & Natália Aguiar de Barros</i>		
	Deficiência e Cuidado: a experiência das mulheres no contexto do Zika Vírus	391	
	<i>Gabriela Carneiro Peixinho</i>		
	Guerreiras de luta: mulheres assistentes sociais e luta pelos direitos dos idosos	415	
	<i>Beatrice Limoeiro</i>		
RESENHA	Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX, de Verônica Toste Daflon e Bila Sorj	440	
	<i>por Andrea Moraes Alves</i>		

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Questão agrária e formação profissional: fundamentos a partir da realidade

Questão agrária
Formação profissional
Realidade
Totalidade

Este artigo trata sobre a questão agrária e a sua abordagem na formação em Serviço Social, visando identificar os fundamentos que embasam o seu reconhecimento e análise como matéria profissional. Resulta de pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, fundamentada no método em Marx. No desenvolvimento trata sobre a realidade social, as particularidades da questão social e o perfil generalista da formação. Defende a indissociabilidade das dimensões agrária, urbana e ambiental constitutivas da realidade social.

Mailiz Garibotti Lusa

Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da UFRGS, doutora em serviço social PUC-SP.
mailiz@ufrgs.br

Agrarian question and professional academic training: foundations that support the reality

This article comes on the agrarian question and its approach to training in social work, to identify the foundations that support their recognition and analysis as a professional matter. It results from bibliographical and documentary research, of exploratory character and qualitative approach, based on the method in Marx. In the development, this paper deals with the social reality, the particularities of the social question and the generalist profile of training. It also defends the inseparability of the agrarian, urban and environmental dimensions that constitute social reality.

Agrarian question
Professional academic training
Reality
Totality





Apontamentos iniciais

Este artigo trata sobre a questão agrária e a sua abordagem na formação profissional em Serviço Social, tendo por objetivo identificar, a partir do projeto de formação vigente, os fundamentos que embasam o seu reconhecimento e análise como matéria profissional. Resulta de pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, fundamentada no método em Marx. A fonte documental são os documentos¹ das Diretrizes Curriculares do Serviço Social Brasileiro, elaborados entre os anos de 1995 e 1996 através de um processo coletivo coordenado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Para a apreensão das reflexões aqui apresentadas há necessidade de considerar a relação dialética entre formação e trabalho profissional. Ora, para tratar o trabalho do/a assistente social, é imprescindível conhecer e discutir a formação profissional. É nela que são tecidas as bases que sustentam o trabalho em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Da mesma forma, a investigação e o debate sobre a formação exigem considerar a realidade social, as expressões da questão social – matéria profissional –, as demandas institucionais e as requisições profissionais, pois é sobre elas que se assenta o desenvolvimento das habilidades e competências durante a formação.

As reflexões apresentadas têm centralidade na concepção de totalidade e se articulam às categorias da contradição e mediação, consideradas a partir dos aportes no método em Marx. Para fins didáticos, serão desenvolvidas a partir de três eixos essenciais na abordagem da questão agrária e das ruralidades na formação profissional: a) a realidade social; b) as particularidades da questão social e a indissociabilidade entre questão agrária, urbana e ambiental; e c) o perfil generalista da formação. Tais eixos encontram-se intrinsecamente articulados, sendo a proposta de organização meramente para fins didáticos, a fim de contribuir processualmente para a identificação dos limites, lacunas e desafios na abordagem da questão agrária a partir dos fundamentos do projeto de formação profissional.

Ao final, pretende-se contribuir para o reconhecimento da questão agrária como elemento da realidade social concebida como



Nenhum projeto se sustenta sem o conhecimento do passado. Na dialética entre presente, passado e futuro estão os elementos necessários para qualquer ação transformadora da realidade social

(SILVA, 2004, p. 31)

totalidade. Isso é ponto de partida e chegada – base e produto – para a afirmação da indissociabilidade entre as questões agrária, urbana e ambiental. Entende-se que esta concepção pode agregar as bases de pensamento como potencialidade para a alteração da ordem e, por isso mesmo, configura-se como requisito importante na transformação societária.

**Realidade social e formação profissional:
a categoria totalidade como quesito**

A epígrafe ao lado não traz apenas a necessária perspectiva de historicidade na análise da sociedade, mas a sua potencialidade transformadora da realidade social. Assim, a análise transversalizada, de fato, pela historicidade pode ser elemento contundente a impulsionar os processos de mudança dinamizados pela luta de classes, tendo em vista a transformação da ordem societária. Nesta análise, as expressões da questão social no campo, que conformam a questão agrária², são elementos estruturais da realidade social, tanto quanto o são os elementos constitutivos da questão urbana e ambiental. O pressuposto inicial é que a dimensão histórica é condição *sine qua non* de análise da realidade em suas ênfases agrária, urbana e ambiental, constitutivas da estrutura e conjuntura societária brasileira.

Dito desta forma, parece bastante simples a formulação. O fato, porém, é que se configura ainda como um enorme desafio que a abordagem deste conjunto de elementos estruturais da realidade social perpassa a formação em Serviço Social de forma transversal do início ao final da formação de Graduação. Entende-se que o produto desta abordagem transversal possibilitaria ao profissional já formado reconhecer, por exemplo, a questão agrária como elemento intrínseco da realidade em que trabalha e não como dado isolado. Apreende-se como um equívoco conceber que as ruralidades e as expressões da questão agrária são constituintes apenas de realidades brasileiras muito particulares, cuja necessidade de reconhecimento e análise se restringiria apenas aos profissionais que trabalham em pequenos municípios de características rurais, ou àqueles assistentes sociais inseridos nos poucos serviços e equipamentos executados em povoados rurais, independente do porte do município, ou, por fim, aos profissionais que trabalham com coletivos e/ou movimentos sociais do campo.



Ao resgatar as discussões sobre o projeto de formação feitas ao longo das últimas três décadas – seu marco são as Diretrizes Curriculares construídas coletivamente entre 1995 e 1996 –, evidencia-se que a análise da realidade é orientadora da formação e, por consequência, do trabalho profissional. Logo, a direção social impressa a eles dependerá do rigor analítico empregado na leitura da realidade social.

Essa formulação analítica sobre a centralidade da realidade para a formação é caudatária do Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, começando a aparecer no final dos anos 1970 e produzindo repercussões mais evidentes na década de 1980, com a implantação do Currículo Mínimo, de 1982, da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS). Por isso, trata-se de um processo contínuo e gradual, que vai dos fins dos 1970 aos meados dos 1990, a partir do qual amadurece-se e solidifica-se o projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996 (ABEPSS, 1996³), sendo um processo histórico de “continuidade e ruptura” (IAMAMOTO, 2007, p. 51). Continuidade que ocorre através do reconhecimento e debate sobre os limites e avanços da formação, que repercutem no amadurecimento do projeto profissional pelo conjunto da categoria, especialmente ao assumir coletivamente os impasses e desafios do Currículo Mínimo de 1982 que ainda precisavam ser superados. E ruptura, quando o Serviço Social brasileiro ao longo do período se manifesta contra o pragmatismo, o conservadorismo, o clientelismo e o assistencialismo que conferiam cariz funcionalista e conservador à profissão desde sua gênese.

Nesse processo histórico identificava-se que dentre os impasses a serem superados constavam: a) o distanciamento existente entre o trabalho intelectual, acadêmico e o exercício profissional (SILVA, 1993; SILVA e SILVA, 1993); e b) o necessário aprofundamento “das mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2007, p. 52). O ponto comum entre tais impasses era a relação entre a profissão e a realidade, considerando-se o reconhecimento e a análise da realidade em seu movimento histórico como condição imprescindível para o projeto de formação, a fim de que respondesse às necessidades da sociedade brasileira.

Esse reconhecimento foi produto da consolidação e posterior avaliação do Currículo Mínimo de 1982. Já naquele período



considerava-se que o reconhecimento e a análise da realidade requisitam a apreensão da formação sócio-histórica brasileira e, nela, da gênese e desenvolvimento da profissão, seus princípios e valores, suas alianças de classe e seus enfrentamentos. Tais elementos possibilitam compreendê-la na divisão sociotécnica do trabalho, na dinâmica das relações sociais e na estrutura societária no tempo presente, projetando-a para o 'devir profissional' (LUSA, 2012).

Em síntese, foi no processo de contínuas avaliações da formação profissional, no período, que foram identificados dois aspectos centrais que precisavam ser superados: a efetiva articulação entre os fundamentos profissionais e a superação da dicotomia entre a profissão e a realidade. "Articular a profissão à realidade é um dos maiores desafios, pois se entende que o Serviço Social não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua *na* realidade" (IAMAMOTO, 2007, p. 55, grifos no original).

Isso requer captar os processos sociais, analisando-os a fim de desvendá-los para além da aparência fenomênica com que se expressam. Por conseguinte, exige assegurar permanentemente a dimensão investigativa no plano do trabalho profissional e no âmbito da pesquisa, de modo que possam repercutir na produção de conhecimento sobre a realidade e a profissão.

A compreensão da profissão em sua historicidade exige ir além da leitura histórica como mera processualidade de fatos, pelo contrário, requer compreender o Serviço Social a partir da perspectiva de totalidade.

Busca-se, pois, construir uma abordagem do Serviço Social na ótica da totalidade: em suas múltiplas relações com a esfera da produção/reprodução da vida social, com as instâncias de poder e com as representações culturais – científicas e políticas – que, influenciaram e incidiram nas sistematizações da prática e ações profissionais, ao longo do tempo (IAMAMOTO, 2007, p. 191).

A necessária compreensão da realidade e da própria profissão na perspectiva da totalidade já apontadas desde aquele período é recolocada recentemente como um dos desafios para a articulação teórico-política das ênfases agrária, urbana e ambiental.

Os impactos destrutivos no emprego, nos salários e nos sistemas de proteção social desafiam o Serviço Social, nestes tempos de mundialização do capital (Chesnais, 1996), a compreender, analisar e construir explicações sobre a realidade social brasileira, identificando suas múltiplas determinações políticas, econômicas, culturais e sociais, numa perspectiva de totalidade (BEZERRA et al., 2018, p. 80).

Isso significa que a necessária adoção da perspectiva de totalidade para o reconhecimento, análise e abordagem da realidade continua se configurando como desafios, inclusive na análise crítica das questões urbana, agrária e ambiental como ênfases indissociáveis na análise das expressões da questão social.

É notório que as reflexões sobre a realidade concreta se articulam à exigência da adoção da perspectiva de totalidade como categoria analítica que perpassa o projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares. A totalidade é categoria essencial do método em Marx, que se consolida como perspectiva hegemônica no Serviço Social brasileiro nos anos 1990, sinalizando a direção do seu projeto ético- político.

A dialética materialista deve abordar cada fenômeno, cada objeto de análise e de conhecimento, não apenas para disso determinar as contradições internas que regem a sua evolução [...]. Deve igualmente esforçar-se por abordar o fenômeno de maneira global, por apreender sob todos os seus aspectos, por considerar na sua totalidade, por evitar toda a aproximação unilateral, que isola de maneira arbitrária tal ou tal aspecto particular da realidade, suprime, não menos arbitrariamente, tal ou tal outro aspecto, e é, por este fato, incapaz de apreender as *contradições no seu conjunto* e, logo, de compreender o *movimento na sua totalidade* (MANDEL, 1978, p. 250. Grifos no original).

A ideia segundo a qual a realidade constitui-se do movimento em sua totalidade, do conjunto das contradições a ela inerentes, vai aparecer na obra de Marx já na introdução aos *Grundrisse* (1857-1858)⁴. Para Marx a totalidade resulta do conjunto orgânico de diferentes momentos constitutivos do modo de produção.

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção,



como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça (MARX, 2011, p. 53).

Nesse caso, Marx afirmava que a totalidade compunha uma unidade de diferenças, que se relacionam como momentos constitutivos de um processo social que dialeticamente sempre recomeça. Nesta totalidade as singularidades e particularidades não são apagadas, pelo contrário, se interseccionam a partir das diferenças, formando o todo. Os momentos da produção são constitutivos da totalidade social, sendo a produção um dos momentos deste processo, articulada à distribuição, troca e consumo.

Mais adiante, n' "O capital", a totalidade como categoria teórica fundamental na análise da sociedade burguesa fica bastante evidente no Livro III⁵, ao tratar o processo global da produção a partir do conjunto das suas condições reais (MARX, 2017).

Para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta*. Não é um "todo" constituído por "partes" funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é "simples" [...]. Mas, a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade *dinâmica* – seu movimento resulta do caráter *contraditório* de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam *totalidades inertes*, mortas [...] (NETTO, 2009, p. 690-691. Grifos do autor).

A totalidade concreta encontra-se em movimento contínuo a partir das contradições. É o permanente caráter contraditório de todas as totalidades constitutivas da totalidade macrosocietária que move as transformações, desde as mais simples às mais complexas, sendo por isso identificado como motor da história.

A categoria mediação acompanhará essas duas categorias teóricas essenciais para tratar a realidade concreta e sua relação com a cotidianidade do trabalho e da formação em Serviço Social. Justamente por também ser reconhecida como categoria essencial, é que na década de 1990 surgem preocupações relacionadas à compreensão e tratamento teórico da 'mediação' no âmbito da formação e do trabalho profissional. Naquele momento fora identificado o distanciamento entre



os fundamentos advindos da matriz marxiana e a leitura da cotidianidade profissional, o que indicava que esta categoria estava ausente nas análises profissionais. Apontava-se que “outro nódulo problemático” era “a distância constatada entre o tratamento teórico-sistemático das matrizes teórico-metodológicas e a cotidianidade da prática profissional”. Explicitava-se assim “a necessidade de trabalhar o campo das mediações, que possibilitem transitar de níveis elevados de abstração para as singularidades do fazer profissional”. Neste sentido, afirmava-se que “o dilema metodológico é o de detectar as dimensões da universalidade, particularidade e singularidade na análise dos fenômenos presentes no contexto da prática profissional” (IAMAMOTO, 2007, p. 191).

Sem dúvida, nas duas décadas que antecederam a construção do projeto de formação houve avanços na apreensão da teoria social crítica e do método em Marx. Porém, a tradução deste tratamento teórico metodológico para o cotidiano de trabalho e da formação ainda era um desafio, indicando a carência de um amadurecimento teórico. E, há de se dizer, essa tradução é fundamental para a leitura e análise da realidade no plano prospectivo da ação.

Esse limite teórico metodológico repercutia, inclusive, em limites e lacunas no trabalho profissional, pois as análises das situações teórico-concretas – realidade objetiva – exigem o domínio de matrizes teórico-metodológicas, contudo elas por si só não bastam. É necessário o domínio técnico operativo capaz de dar concretude às intencionalidades e projetos que compõem o discurso ético-político profissional (IAMAMOTO, 2007).

À época essa reflexão possibilitou a identificação de dilemas profissionais especialmente ligados às políticas de estágio e de pesquisa, bem como às relações entre a Universidade e os espaços socioprofissionais. Um dos dilemas consistia na “apropriação das matrizes teórico-metodológicas incidentes no campo da formação, especialmente por parte do quadro docente” (IAMAMOTO, 2007, p. 193), que pudesse superar a reprodução de conceitos para a compreensão da lógica explicativa da vida social. Por seu turno, isso exigia o acompanhamento do movimento histórico do tempo presente como forte requisito para as análises da realidade que incide sobre o trabalho profissional. Significava considerar a importância das análises de conjuntura, porém



não como mero pano de fundo e, sim, como fontes de conexão e análise da dinâmica societária nos seus aspectos estrutural e conjuntural, tanto na esfera internacional, quanto nacional, regional e local.

Outro dilema referia-se à dimensão investigativa do trabalho profissional, assim como ao desenvolvimento de pesquisas sobre as questões que incidem sobre ele e “dos processos que as produzem, como condição para se preencher aquele campo de mediações entre as matrizes teórico-metodológicas e a cotidianidade da prática do assistente social” (IAMAMOTO, 2007, p. 194). A dimensão investigativa é dialeticamente fonte e produto do campo das mediações no processo de reconhecimento, apreensão e abstração da realidade concreta e na proposição de ações na cotidianidade, orientadas à construção de outra lógica societária, atenta aos sujeitos e suas relações como classe trabalhadora.

A concretude de tal projeto de formação exige atenção permanente às relações sociais, uma vez que no campo destas relações se desenvolverão as lutas operadas pelos sujeitos coletivos da classe trabalhadora, formuladores de ações prospectivas que acionam o motor da história. Para isso, deve-se transitar da atenção aos sujeitos individuais para a coletivização dos processos sociais, que no âmbito da formação exige atenção ao tripé indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. É necessário, portanto, construir estratégias sintonizadas à realidade e ao tempo presente, extraindo-se disso a potencialidade de alteração na dinâmica societária, o que requer o acionamento permanente da dimensão ético-política da competência profissional.

Questão social no campo, cidade e floresta

Ao longo dos anos iniciais da apreensão da tradição marxista no seio da cultura profissional, percebeu-se que as contribuições de Marx não poderiam ser consideradas como preceitos de um manual. Pelo contrário, elas são fontes inesgotáveis de saberes que possibilitam a leitura e análise da realidade concreta, mas, considerando que tal realidade transforma-se permanentemente, o conhecimento sempre precisa ser atualizado. A análise da realidade exige tratar as particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira, sem as quais é improvável a apreensão



crítica da questão social. Significa considerar a relação dialética entre generalidade, singularidade e particularidade, partindo daquela para chegar nesta, como método na análise da questão social. Esta é uma das principais chaves de leitura no que tange aos fundamentos do Serviço Social brasileiro.

Neste item do artigo serão apresentados breves apontamentos sobre as particularidades da questão social no Brasil, a partir da teorização de Marx sobre a lei geral de acumulação capitalista. As reflexões partem, de um lado, da indissociabilidade das ênfases agrária, urbana e ambiental e, de outro, da certa invisibilidade de alguns elementos constitutivos da realidade, especialmente os agrários e ambientais.

No lapso das duas últimas décadas, a restrita, mas fecunda literatura profissional no âmbito da renovação crítica do Serviço Social voltada aos fundamentos [...] tratou, sob diferentes ângulos, da natureza particular da profissão na divisão social e técnica do trabalho e sua dimensão ética. A hipótese que conduz a presente análise é a de que essa literatura centrou-se predominantemente nas particularidades do Serviço Social [...]. Entretanto, a análise do processamento do trabalho do assistente social não adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações, estabelecendo-se uma frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional cotidiano (IAMAMOTO, 2008, p. 213-214).

Ora, a valorosa apreensão do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho não foi, ao mesmo tempo, acompanhada pela apreensão dos seus fundamentos e da relação deles com o trabalho profissional. Isso é caro ao debate aqui desenvolvido, pois neste aspecto pode residir a fragilidade na análise dos processos macrossocietários da realidade, donde partem as conexões com o miúdo do cotidiano da classe trabalhadora do campo, da cidade e das florestas.

Mais do que um limite restrito à profissão, ou às ciências humanas e sociais, trata-se fundamentalmente da estratégia ideológica operacionalizada pela classe dominante para difundir o pensamento que sustenta as relações sociais de exploração burguesa. Um dos seus efeitos é a invisibilidade dos processos coletivos que permitem aos/às trabalhadores/trabalhadoras urbanos/as, rurais e das florestas reconhecerem-se enquanto classe – o que está na base da organização e luta de classes

–, implicando processualmente na fragilização das lutas mais amplas pela transformação societária.

Note-se, quanto mais concentrada nas mãos de poucos a propriedade dos meios de produção e as riquezas socialmente produzidas, inversamente tanto maiores também serão a exploração e o empobrecimento que amargurarão a maioria da população (MARX, 2013). Para fazer frente a este processo de exploração é preciso identificar-se como parte dele, aliás, reconhecer o seu papel nele, o que não ocorre no ocultamento da identidade de classe. Com isso, oculta-se o caráter antagônico da acumulação capitalista, sem o qual não é possível compreender a estrutura societária e nela a relação campo e cidade.

O nexo interno entre o tormento da fome que atinge as camadas operárias mais laboriosas e o consumo perdulário, grosseiro ou refinado, dos ricos, baseado na acumulação capitalista, só se desvela com o conhecimento das leis econômicas. O mesmo não ocorre com as condições habitacionais. Qualquer observador imparcial pode perceber que, quanto mais massiva a concentração dos meios de produção, tanto maior é a conseqüente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis são para os trabalhadores as condições habitacionais (MARX, 2013, p. 732).

Do fragmento depreende-se primeiro que, para entender a dinâmica capitalista de exploração e acumulação, é imprescindível partir das leis econômicas que regem o modo de produção. Aliás, alguns aspectos da vida cotidiana se autorrevelam, evidenciando as regras da lei geral da acumulação, a exemplo da questão da moradia. Note-se:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. [...] Por fim, quanto maiores forem as camadas mais lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, 2013, p. 720. Grifos no original).

Nesta dinâmica, quanto maiores forem a riqueza social, o capital ativo em funcionamento, a dinâmica superavitária, a quantidade

da população trabalhadora e a potência de sua força de trabalho, tanto maior será o exército de reserva, cuja existência aumentará a taxa de mais-valia. Esta é a dialética antagônica do sistema. E, completa: quanto maiores forem as camadas internas do exército de reserva e mais aviltantes as condições de vida, maior será o empobrecimento. Em síntese, quanto maior for a riqueza acumulada, concentrada e centralizada nas mãos de poucos, inversa e exponencialmente proporcional será o pauperismo a que se atirará a maioria da população trabalhadora, sendo ele um produto inevitável do capitalismo. E onde há exploração, dominação, opressão e pauperismo, há inclusive lutas sociais de resistência, as quais igualmente são pontos centrais da questão social.

Esta é a base para compreender a questão social no marco da tradição marxista, cuja abordagem se evidencia a partir do reconhecimento dos efeitos da primeira onda de industrialização do capitalismo. “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42). Isso não significa a inexistência anterior da pobreza, o que ocorre é que a partir do capitalismo, o pauperismo não resulta da escassez; pelo contrário, é efeito da própria produção de riquezas. As condições materiais para suprir a escassez são produzidas, porém não socializadas. São a apropriação e a concentração privada que levarão a classe trabalhadora ao empobrecimento, reservando patamares ainda mais aviltantes para aqueles que não conseguem nem mesmo participar do circuito de produção e que se caracterizam como *lúmpen* proletariado. Neste momento, apesar de ser percebida como tal, a questão social ainda é naturalizada (NETTO, 2001).

Após esta primeira onda industrializante passa-se a identificar que a questão social é própria da sociedade burguesa de classes e a sua eliminação exige também a supressão deste tipo de sociedade. “A partir daí, o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão ‘questão social’, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador” (NETTO, 2001, p. 45). Deste momento em diante à consciência política articula-se a compreensão teórica, especialmente a partir das contribuições de Marx que aponta como chave de leitura da relação capital/trabalho o caráter explorador deste modo de produção. Novamente será



preciso considerar que a exploração não é um traço exclusivo do capitalismo, pelo contrário, outras formas sociais também se assentaram na exploração de mulheres e homens.

Então, o que distingue a exploração capitalista? Segundo a tradição marxista, com o amadurecimento das condições de acumulação na sociedade burguesa, “a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica – bem ao contrário! – redução da produção de riquezas”. Isso significa que instalado o sociometabolismo capitalista, as desigualdades de classe se agravarão de forma exponencialmente crescente, uma vez que estará instalada a potencialidade produtiva e de concentração do capital. “A ‘questão social’, nesta perspectiva teórico-analítica, [...] tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001, p. 46). Este sociometabolismo faz com que a questão social seja insuprimível sem que haja a supressão da própria sociabilidade capitalista. Logo, a existência e o agravamento da questão social são causais e determinados, nada imprevistos, fenomênicos ou inesperados.

Noutras palavras, significa que,

Com o aumento da potencialidade produtiva do capital [...], ou seja, com a ampliação da escala de produção (com maior produtividade e maior composição orgânica do capital), amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior expulsão deles (SIQUEIRA, 2013, p. 165).

O dinamismo próprio deste modo de produção faz com que o trabalhador, ao produzir o capital que é acumulado nas mãos de poucos, esteja produzindo as condições para se autotransformar em população excedente. Essa população sobrando, supérflua, nem mesmo precisa ter sua força de trabalho explorada para que a riqueza continue sendo acumulada, concentrada e centralizada nas mãos de poucos. Afinal,

A existência do *trabalhador livre* [...], torna o indivíduo que trabalha um *pobre virtual*. *Pobre enquanto inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação e seus meios de sobrevivência.* [...] Importa salientar que,



nessa concepção, a pobreza não é apenas compreendida como resultado da *distribuição de renda* – mas referida à própria produção (IAMAMOTO, 2001, p.16. Grifos no original).

Com as melhorias das condições de vida da classe trabalhadora, inseridas no pós-Segunda Guerra Mundial com a instalação do *welfare state* nos países de economia central – jamais efetivado nos países de capitalismo dependente –, os teóricos do capitalismo globalizado entendiam que era possível realizar reformas internas, donde depreendiam a constituição de uma nova pobreza – nova questão social – mais amena e possível de ser enfrentada sem que seja necessário alterar a estrutura societária. Contudo, evidenciou-se que “as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras não alteravam a essência exploradora do capitalismo, continuando a revelar-se através de intensos processos de pauperização relativa” (NETTO, 2001, p. 47).

A partir disso, entende-se que a “questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado”. Ela envolve ao mesmo tempo os enfrentamentos e lutas de classe, sendo um processo “denso de *conformismos e rebeldias*, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 16; 17. Grifos no original).

Assim, o capitalismo produz, pela própria dinâmica interna de transformação, novas expressões da questão social, a qual permanece “insuprimível sem a supressão da ordem do capital”. Portanto, “somente a derrota do capital, em condições tais em que se suprima a escassez, determinará a supressão da questão social” (NETTO, 2001, p. 48-49).

As manifestações da questão social vão trazer consigo “traços particulares [que] vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região” (PASTORINI, 2010, p. 101). Isso significa que as particularidades de cada tipo de capitalismo, se central ou periférico, determinam as expressões da questão social, apontando desenhos singulares em cada continente, país, região, estado e território regional. Neste sentido, entende-se a importância de discutir as particularidades regionais, buscando identificar a dinâmica capitalista geral e as

particularidades que se desenvolvem em cada território a partir da sua formação sócio-histórica, o que confere singularidades econômica, social, política e cultural.

Tal perspectiva também possibilita apreender que a partir da universalidade, muitas vezes, particularizam-se os processos produtivos, as relações sociais e as expressões da questão social envolvendo diferenciadamente os espaços agrário e urbano e, neles, a questão ambiental. Por isso, compreende-se que uma leitura apenas dedicada a apenas uma das singularidades – agrária, urbana ou ambiental – no âmbito do debate da questão social correrá o risco de se equivocar no reconhecimento dos fundamentos da realidade e, no mínimo, invisibilizará parcela essencial da totalidade societária. Uma leitura dissociada das ênfases agrária, urbana e ambiental poderá concorrer para recolocar os limites, lacunas e desafios que o Serviço Social brasileiro já identificava no trato da realidade social desde meados dos anos 1990.

Mas atenção, didaticamente é importante apontar as singularidades da questão social no espaço rural, pois

Ainda que [...] a questão social se manifesta tanto no mundo rural como no urbano, envolvendo homens, mulheres e crianças. No campo, aparece envolta na questão agrária intocável e na dominação oligárquica patrimonialista integradas à modernização conservadora da atualidade, cujas externalidades são os sem-terra, os sem-empregos fixo, a priorização de mercados externos, a sazonalidade das atividades, a migração. A luta pela terra expressa bem a problemática que vem sendo explicitada pelas reivindicações de melhoria das condições de trabalho, financiamento etc., por parte dos setores sociais atingidos (ARCOVERDE, 1999, p. 81).

A autora explicita as expressões muitas vezes invisibilizadas pela sociedade e pelo Serviço Social. A maioria dos estudos, embora não afirmem que se trata de um fenômeno especificamente urbano, por outro lado também não agregam nas análises as particularidades do campo. Isso fragiliza a análise concreta da realidade e da questão social, pois retira a necessária perspectiva de totalidade “onde o singular e o universal se articulam mediante as particularidades, onde cada concreto real se insere num concreto de maior complexidade, que o contém e determina” (SIQUEIRA, 2013, p. 162).



E para balizar o apontamento das particularidades do campo, recorre-se novamente à Marx que ao tratar sobre o proletariado agrícola britânico afirma que “em nenhuma outra parte o caráter antagônico da produção e da acumulação capitalista se manifesta mais brutalmente do que no progresso da agricultura inglesa (pecuária incluída) e no retrocesso do trabalhador agrícola inglês” (MARX, 2013, p. 746). Em que pese o fato que a análise se voltava à realidade dos trabalhadores da Inglaterra, a afirmação sinaliza o quanto no campo as expressões da questão social são ainda mais agravadas.

Hoje falando, para além do trabalho extenuado, da falta de acesso aos serviços e equipamentos voltados à efetividade dos direitos sociais, da obstaculização do acesso às políticas públicas de produção, comercialização e de financiamento justas, da submissão à insegurança das intempéries que afetam sua produção, da não observância da legislação trabalhista e previdenciária, o trabalhador do campo continua sendo o que “recebe o tratamento mais brutal” (MARX, 2013, p. 748).

Além disso, para compreender a particularidade agrária brasileira é preciso reconhecer os determinantes estruturais que fazem com que antagonicamente este espaço seja um dos principais produtores da riqueza do país – expressa na contribuição da produção agropecuária para o PIB nacional (estadual, regional e dos municípios), nos *commodities* que aquecem o mercado financeiro etc. – e, ao mesmo tempo, um dos espaços em que a vida beira situações de indigência.

As marcas estruturais geradoras dos problemas do mundo rural são conhecidas: a propriedade da terra sob a forma de latifúndio e a dominação oligárquico-patrimonialista no passado, mas que persiste de modo tradicional ou integrada a modernização conservadora no presente (WANDERLEY, 2008, p. 107).

Note-se o papel determinante para a exploração e dominação operadas pelo capitalista agrário com base na propriedade fundiária privada. Nela se assenta um tipo de dominação oligárquica presente no Brasil desde o período do escravismo colonial, cujas bases geradas pela acumulação primitiva do capital (GORENDER, 1978) deram a tônica para o desenvolvimento de um tipo de capitalismo periférico e dependente, cuja industrialização tardia foi elemento de sustentação da modernização conservadora.



O reconhecimento deste processo histórico de dominação aportado principalmente na propriedade privada da terra permite afirmar que o pauperismo a que foram e continuam sendo submetidas as populações rurais de todo o canto caracteriza-se como ponto em comum, que todavia se expressa de forma diferente nas particularidades regionais brasileiras. Outrossim, o agravamento da questão social contribui para a expulsão de trabalhadores e suas famílias do campo, gerando e/ou ampliando os vazios populacionais que dão espaço às grandes plantações e aos intermináveis campos pecuários presentes do norte ao sul brasileiros. Há de se considerar, inclusive, que o aguçamento da pauperização no campo conduz ao seu aprofundamento na cidade.

A constante emigração para as cidades, a constante transformação dos trabalhadores rurais em 'supranumerários' por meio da concentração de arrendamentos, da transformação de lavouras em pastagens, a maquinaria etc. e o constante desalojamento da população rural pela destruição dos cottages [suas casas] andam de mãos dadas (MARX, 2013, p. 764).

Portanto, o próprio evoluir da dinâmica capitalista expulsará o camponês do espaço rural, responsabilizando-o política e ideologicamente por isso. Fora do campo o trabalhador rural se transforma em superpopulação relativa, aumentando seu pauperismo.

Os indicativos aqui apresentados sobre as particularidades da questão social no espaço rural sinalizam a importância de considerar as singularidades agrárias sempre de forma dialética em relação à totalidade constitutiva da sociedade burguesa brasileira, perfilada pelo capitalismo dependente. Isso exige extrair da leitura e análise da realidade as expressões da questão social numa perspectiva de indissociabilidade entre questão agrária, urbana e ambiental.

O perfil generalista da formação e a abordagem da questão agrária

Neste último eixo de reflexões será tratado o atual projeto de formação profissional, destacando-se o perfil generalista como produto desta formação. Entende-se que, para que de fato se alcance o perfil generalista, alguns cuidados são necessários na



implementação do projeto de formação. Ainda, apreendida a profissão em seu caráter generalista, a questão agrária – e outras expressões da questão social ainda tratadas de modo insipiente – poderá ser efetivamente identificada como matéria profissional.

Entre as balizas expressas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) está a afirmação do perfil generalista da formação. Tal documento constitui-se como um marco essencial, tanto para assegurar a construção de projetos político-pedagógicos de qualidade, quanto para referenciar a construção de outros documentos relativos à formação profissional, como a Política Nacional de Estágio da Associação brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2010).

Sua referência também expressa um alicerce na defesa do não retrocesso nos projetos das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) numa conjuntura histórica de ameaças permanentes à educação superior pública crítica, socialmente referenciada e de qualidade, bem como à produção de conhecimento, de ciência e de tecnologia no país. Neste sentido, passados 25 anos, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS continuam atuais. A indicação da formação generalista que caracteriza este projeto significou um salto qualitativo na consolidação da direção ético política estratégica construída nos anos 1990.

A pesquisa documental realizada no conjunto de materiais da ABESS⁶ indicou a inexistência de uma concepção expressa para o perfil generalista. Igualmente, o texto final aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da ABESS em 8 de novembro de 1996 também não menciona expressamente o perfil generalista. O mesmo ocorre no Parecer CNE/CES 492/2001, do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC). Por outro lado, o documento emitido pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social do MEC em 26 de fevereiro de 1999 registra de forma expressa o perfil generalista. Consta no documento:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. *Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no*





conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (MEC, 1999, p. 01. Grifos nossos).

Esta menção ao perfil generalista é bastante simples, porém, profunda, indicando que mais do que uma formação apenas técnica, a formação visa produzir um perfil profissional com competência intelectual e cultural, e comprometido com os valores e princípios do Projeto Ético Político. Este perfil passa a compor a cultura profissional.

Ao afirmar que o perfil generalista consta de forma expressa apenas no documento da Comissão de Especialistas, não significa que a concepção não apareça de outra forma nos demais documentos antes citados. Uma das menções mais importantes ao caráter generalista da formação encontra-se no documento aprovado pela Assembleia Geral, o qual indica que “a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades” (ABEPSS, 1996, p. 08). Aqui faz-se menção aos três núcleos de fundamentos da formação, uma das mais expressivas inovações no âmbito da organização e intersecção dos conteúdos que os perpassam, modificando-se objetivamente a forma de conceber os componentes que fundamentam a formação profissional. São eles: núcleo de fundamentos da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional.

Portanto, por perfil generalista entende-se o produto de um projeto de formação fundamentado didática e pedagogicamente na transversalidade das matérias profissionais no conjunto da formação, de forma que os três núcleos de fundamentos se interseccionem na constituição da totalidade formativa. Nesta proposta, a categoria totalidade, de caráter teórico metodológico, adquire inteligibilidade e concretude didático-pedagógica.

A efetividade do caráter generalista requer a adoção dos aportes teórico- metodológicos fundamentados da teoria marxiana, os quais possibilitam o reconhecimento da realidade concreta. Trata-se do desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitem exercer a profissão nos mais diversos espaços socioprofissionais, reconhecendo a matéria profissional nas mais distintas realidades, inclusive no espaço rural, considerando a





necessária mediação entre o universal e o singular, que permitiria o reconhecimento das particularidades (SANT'ANA, 2012; LUSA, 2012; LUSTOSA, 2012).

No mesmo período de elaboração das Diretrizes Curriculares, ao analisar os efeitos das transformações societárias para o Serviço Social e esboçar notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil, José Paulo Netto apontou um alerta em relação ao perfil generalista. Para ele, diante do projeto societário capitalista que preconiza a formação de caráter meramente técnico para atender as exigências do mercado, o caráter generalista enfrentaria uma crise, pois as transformações societárias exigiriam cada vez mais um profissional especializado por áreas, com capacidade de elaboração de respostas mais qualificadas e bastante especializadas. Para superar esta crise duas saídas foram prospectadas: a) “afunilar a graduação, dirigindo a formação, desde o início, para especializações”; b) manter o “perfil generalista da graduação, institucionalizando a especialização como requisito para o exercício profissional” (NETTO, 1996, p. 124-125).

Chama a atenção que havia se passado pouco mais de dez anos desde o início do processo de superação do caráter setorializado – fragmentado – da formação, o que ocorreu primeiramente a partir da revisão curricular de 1979, a qual resultou no Currículo Mínimo de 1982 (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1982). A superação da setorialização foi posteriormente intensificada nos anos 1990 e se consolidou nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Ao sugerir as duas saídas prospectivas para a suposta crise do caráter generalista, Netto apontava que

Esses dois encaminhamentos *não são apenas opções “técnicas” ou “técnico-pedagógicas” – neles se embute o substrato ideopolítico anteriormente referido. O primeiro, além de abrir o flanco para a redução da formação profissional a um nível puramente técnico-operativo, acabará por alijar da formação os avanços teóricos e analíticos que garantem a compreensão do significado social do serviço social na rede das concretas relações sociais; afastará a preocupação com toda investigação que não seja “aplicada”; converterá a profissão num elenco de tecnicidades vocacionadas para a intervenção microlocalizada. O segundo delinea a única*



solução que me parece assegurar o desenvolvimento da cultura profissional no sentido congruente com a direção social estratégica que se construiu na entrada dos anos noventa: pode assegurar a qualificação para a intervenção localizada (ação focal) à base de uma compreensão estrutural da problemática focalizada (NETTO, 1996, p. 125. Grifos nossos).

É possível perceber que o autor aposta na formação generalista. Para ele, é somente este tipo de formação que pode assegurar a compreensão do real significado da profissão no âmbito das relações sociais na ordem capitalista e aportar o desenvolvimento de uma cultura profissional que contribua para a direção social contrária a esta ordem, a partir do desenvolvimento de habilidades para atuar nas especificidades do que se convencionou denominar de expressões da questão social, com base na compreensão estrutural dos seus determinantes.

Eis aqui o sentido e a aposta no caráter generalista da formação, entendendo que ela possibilita a apreensão dialética dos processos constitutivos dos espaços rural e urbano, bem como a apreensão da questão agrária, urbana e ambiental como expressões da questão social numa perspectiva de totalidade.

Considerações inconclusivas

Depois de fazer um percurso nada convencional para tratar a questão agrária e a sua abordagem na formação profissional, cumpre apresentar algumas considerações finais, já alertando que serão inconclusivas. Ao longo do artigo foram identificados os fundamentos que embasam o reconhecimento e a análise da questão agrária como matéria profissional a partir do projeto de formação vigente.

Foram apontadas, como aportes teórico-metodológicos essenciais para a concepção de formação defendida, as categorias totalidade, contradição e mediação, destacando-se como elas perpassam o conjunto da formação, implicando, inclusive, na intersecção dos núcleos de fundamentos. A leitura e análise da realidade concreta a partir destas categorias possibilita o reconhecimento dos processos macrosociais em seus determinantes estruturais e das particularidades que perfilam as realidades regionais e locais. Destaca-se, neste sentido,

a necessária relação dialética que envolve a identificação do singular e do universal, que se articulam a partir das particularidades.

É tarefa difícil, porém necessária, a indicação de que o Serviço Social possui uma importante lacuna na análise dos processos societários que constituem a realidade. Muitas vezes se incorre na leitura e análise fragmentada de alguns aspectos e processos constitutivos da realidade. Um exemplo é a dicotomia entre campo e cidade e, por conseguinte, entre a questão agrária, urbana e ambiental, o que expressa a permanência de antigas análises embasadas no dualismo rural-urbano.

Um dos efeitos perversos é a invisibilidade do espaço rural, dos sujeitos e classes sociais do campo, das diversas ruralidades e, finalmente, do conjunto das expressões da questão social, dentre as quais a questão agrária. Apontou-se, por outro lado, que são imprescindíveis as análises que consideram a totalidade dos processos sociais, sustentando-se neste fundamento a defesa da indissociabilidade entre as ênfases agrária, urbana e ambiental na abordagem da realidade, das expressões da questão social e do trabalho profissional.

Entende-se que o caráter generalista preconizado no projeto da formação vigente possibilita superar a lacuna apontada, uma vez que se sustenta na proposta de transversalidade das matérias profissionais no conjunto da formação através da intersecção dos três núcleos de fundamentos. Nesta proposta a categoria totalidade adquire inteligibilidade e concretude didático-pedagógica.

Por fim, identifica-se que a inconclusividade nas reflexões apresentadas sinaliza a necessidade de continuidade deste debate e expressa a importância de discutir a questão agrária e sua abordagem na formação profissional.

Referências

- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão social no Brasil e Serviço Social. CFESS-ABESS-CEAD-UnB. *Capacitação em Serviço Social e política social*. Módulo 02: reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CEAD-UnB, CFESS, ABEPSS, 1999. p. 73-86.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS-CEDEPSS). Proposta básica para o projeto de

- formação profissional. In: *Serviço Social & Sociedade*. O Serviço Social no Século XXI, São Paulo: Cortez, n. 50, ano XVII, p. 58-76, abr. 1996.
- BEZERRA, Cristina et al. (org.). *O serviço social e as dimensões agrária, urbana e ambiental articuladas na particularidade histórica*. SANTANA, Joana Valente. *Habitação e serviço social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas*. Campinas: Papel Social, 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer N. 412/1982*, aprovação do Currículo Mínimo do curso de Serviço Social. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, 05 ago. 1982. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 13. ed, São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Questão social no capitalismo*. *Temporalis*. ABEPSS, Ano. 2, n. 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflines, 2001. p. 09-32.
- LUSA, Mailiz Garibotti. (2012). *A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas*. 394 f. Tese de Doutorado em Serviço Social– Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- LUSTOSA, Maria das Graças Osório P.. *Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza*. São Paulo: Cortez, 2012.
- MANDEL, Ernest. *Introdução ao marxismo*. Tradução: A. Castro. 2. ed. Lisboa: Edições Antídoto, 1978.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da economia política*. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- _____. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. [Tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: livro III: o processo global de produção capitalista*. Tradução Rubens Enderle; Edição de Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”.

- Temporalis*. ABEPSS, Ano. 2, n. 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001. p. 41-49.
- _____. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-700.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*. O Serviço Social no Século XXI. São Paulo: Cortez, n. 50, ano XVII, p. 58-76, abr. 1996.
- PASTORINI, Alejandra. *A categoria “questão social” em debate*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. [Coleção questões da nossa época; v.17].
- SANT’ANA, Raquel Santos. *Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Um esforço de investigação sobre a prática do Serviço Social no Brasil. In: *Cadernos ABESS*. Produção científica e formação profissional, São Paulo, Cortez, n. 6, set. 1993, p. 78-89.
- SILVA, Ademir Alves da et al. Revisão curricular do Curso de Serviço Social. In: *Cadernos ABESS*. Produção científica e formação profissional. São Paulo: Cortez, n. 6, set. 1993, p. 147-156.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004.
- SIQUEIRA, Luana. *Pobreza e serviço social*. Diferentes concepções e compromissos políticos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. *Desigualdade e a questão social*. 3. ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2008. p. 55-166.

Notas

- 1** A “Proposta básica para o projeto de formação profissional” (ABESS/CEDEPSS, 1996) e o documento elaborado pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social em 1999 (MEC, Secretaria de Ensino Superior). [\[VOLTAR\]](#)

2 Sobre as expressões da questão social como componentes da questão agrária, entende-se que “na realidade, as particularidades da questão social resultantes do embate de classes advindo das relações capitalistas na agricultura compõem a questão agrária, e a não apreensão das mediações que a constituem irá inviabilizar uma análise da realidade a partir do mundo do trabalho. O Serviço Social vai se relacionar com as manifestações singulares resultantes desta problemática como se elas não fossem resultado da luta de classes; o trabalhador ou ex-trabalhador será visto a partir da sua condição de usuário, será aquele que não tem comida, saúde, habitação, trabalho” (SANT’ANA, 2012, p. 151). [VOLTAR]

3 As Diretrizes Curriculares do Serviço Social Brasileiro (1996) foram elaboradas com base no Currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996, da antiga Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS). Em dezembro do mesmo ano, a ABESS torna-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o que se consolida de forma cartorial com a mudança regimental do estatuto da entidade no início do ano de 2000. [VOLTAR]

4 “Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.” [VOLTAR]

5 Editado por Friedrich Engels, o Livro III d’“O Capital” é publicado em 1894, onze anos após o falecimento de Marx em 1883. [VOLTAR]

6 A investigação foi realizada no conjunto de documentos que serviram de subsídio entre os anos de 1995 e 1996 para a elaboração das Diretrizes Curriculares [VOLTAR]



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em setembro de 2021 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).